PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Consultiva

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO E A EMPRESA ...

Pelo presente instrumento, nesta e na melhor forma de direito, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CGC (MF) sob nº 046.523.171.0001/04, com sede na Avenida Lázaro de Mello Brandão, nº 300 – Vila Campesina – Osasco – SP, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, ..., assessorado por....., doravante denominada simplesmente **PREFEITURA** ou **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa ....., estabelecida na ....., inscrita no CGC (MF) sob nº ....., neste ato representada por ....., (qualificação), portador da cédula de identidade RG nº ....., inscrito no CPF (MF) sob nº ....., residente e domiciliado na ....., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo avençado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS NO ASSENTAMENTO SOCIAL ARCO ÍRIS, JARDIM BONANÇA S/N OSASCO, NO REGIME DE CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA, ABRANGENDO MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS, COM ENTREGA DO OBJETO FINALIZADO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, CONFORME PARÂMETROS, DIRETRIZES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS, conforme especificações e condições previstas no Edital de Concorrência Eletrônica nº ... e anexos, encartados no processo administrativo nº 01905/2025, que passa a fazer parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 14 (quatorze) meses, contados da data de assinatura deste contrato, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, abrangendo a fase de execução, o período destinado à

604

entrega e aprovação dos projetos executivos, recebimento provisório e definitivo, bem como outras obrigações acessórias.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que as partes deverão providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, nos termos do artigo 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa da CONTRATADA:

2.3.1 Todos os prazos fixados neste contrato são considerados essenciais. O descumprimento injustificado sujeitará a Contratada às penalidades previstas na cláusula específica de Sanções Administrativas, sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis.

2.3.2 A Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesses caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei Federal nº 124.133/2021.

2.3.3. Não obstante o prazo estipulado no subitem anterior, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as mencionadas despesas. Verificada a condição resolutiva a Contratada não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O prazo de execução da obra será de 8 (oito) meses consecutivos, conforme cronograma físico-financeiro PLE, contados da data de emissão e assinatura da Ordem de Início dos Serviços, emitido pela Secretaria de Habitação. Esse prazo poderá ser prorrogado mediante justificativa técnica ou administrativa e autorização expressa da autoridade competente, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A Ordem de Início dos Serviços será expedida em até 10 (dez) dias úteis após a publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial do Município de Osasco.

3.3. A contratada deverá iniciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Início, as atividades preparatórias compatíveis com a fase inicial do contrato, tais como levantamentos técnicos, estudos preliminares, elaboração dos projetos executivos, planejamento, obtenção de licenças e mobilização administrativa.

3.4. A Contratada deverá elaborar e entregar todos os projetos executivos completos e aprovar junto à Secretaria de Habitação no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da emissão da Ordem de Início.

3.5. A execução física da obra somente poderá ser iniciada após a aprovação formal dos projetos executivos pela Secretaria de Habitação, observando-se os padrões técnicos, de qualidade, segurança e desempenho estabelecidos no contrato e no edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.6. Os dias considerados impraticáveis por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados e reconhecidos pela fiscalização, não serão computados para fins de contagem dos prazos contratuais.

3.7. Os pedidos de prorrogação ou de saneamento de irregularidades deverão ser formalmente justificados e apresentados à fiscalização com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para análise e decisão da autoridade competente, de modo a evitar a paralisação das atividades.

3.8. O contrato poderá ser alterado, mediante autorização expressa da Administração, para adequações técnicas, quantitativas ou de prazo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Quando tais alterações impactarem o Cronograma Físico-Financeiro PLE, este deverá ser formalmente reprogramado.

3.9. A fiscalização do contrato será exercida continuamente por servidor ou comissão designada, com competência para acompanhar o cumprimento das obrigações, solicitar documentos e relatórios e verificar prazos, qualidade e conformidade dos serviços.

3.10. No regime de Contratação Semi-Integrada a Contratada será responsável pela elaboração completa do projeto executivo, nos termos do art. 6º, XXXIII, da Lei nº 14.133/2021, devendo atender às normas técnicas, especificações e exigências do editam e contrato.

3.11. Havendo necessidade de ajustes ou complementações no projeto executivo, a Contratada deverá proceder às correções solicitadas no prazo fixado pela Administração. Quando tais ajustes afetarem o prazo ou o

Cronograma, a Contratada poderá requerer reprogramação devidamente justificada.

3.12. O início da execução da obra antes da aprovação formal do projeto executivo será considerado descumprimento contratual grave, sujeitando a Contratada às penalidades previstas em contrato e na Lei nº 14.133/2021.

3.13. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e a coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3.14. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

3.14.1. Submissão, pela Contratada, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;

3.14.2. Será admitida a subcontratação se previamente aprovada pela autoridade competente, restrita, contudo, ao percentual máximo de 30% (trinta por cento) do escopo dos serviços, devendo a empresa indicada pela contratada, antes do início da realização dos serviços, apresentar documentação que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária, nos termos previstos no edital,

3.14.3. Apresentação pela Contratada de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre a Contratada e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do procedimento administrativo.

3.15. É vedada a subcontratação total dos serviços, bem como dos serviços considerados para efeito de atestação de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional.

3.16. A Contratada poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas

3.17. A Contratante não reconhecerá qualquer vínculo com empresas subcontratadas, sendo que qualquer contato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos trabalhos realizados será mantido exclusivamente com a Contratada, que

responderá por seu pessoal técnico e operacional e, também, por prejuízos e danos que eventualmente este causarem.

3.18. Os pagamentos serão realizados exclusivamente à Contratada.

3.19. As especificações dos serviços encontram-se descritas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Concorrência Eletrônica nº ....., Processo Administrativo nº ....., que fazem parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

4.1. O recebimento provisório ficará a cargo do servidor nomeado Gestor do Contrato para o empreendimento, mediante termo circunstanciado, assinado pelos técnicos responsáveis e homologado pelo Secretário de Habitação.

4.2. O Recebimento Provisório do objeto dar-se-á com a execução do objeto dentro das especificações técnicas e de acordo com a proposta da Contratada, e mediante apresentação das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista da obra, após aprovação de todos os documentos, projetos, laudos e planilhas pelo Gestor do Contrato.

4.3. O Recebimento Definitivo ficará a cargo do Gestor do Contrato designado, mediante parecer circunstanciado, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, consignando a adequação do objeto aos termos contratuais.

4.4. O Recebimento Definitivo dar-se-á após recebimento de requerimento entregue pela Contratada consubstanciado com o relatório final apresentado pela Gestor do Contrato, com descrição de toda a execução contratual. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.5. Para a expedição do Termo de Recebimento Definitivo a Contratada deverá adotar as seguintes providências, no que couber:
a) Testar todos os equipamentos e instalações;
b) Revisar todos os acabamentos;
c) Proceder à ligação definitiva de todas as instalações, devidamente oficializadas;
d) corrigir os defeitos ou imperfeições apontadas ou que venham a ser verificados em qualquer elemento da obra/serviços executados;
e) Apresentar a quitação das obrigações trabalhistas relacionadas com o pessoal empregado na obra, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS;

f) Apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo INSS relativo à obra/serviços;
g) Corrigir os erros, inconsistências e/ou imperfeições apontadas ou que venham a ser verificados em qualquer dos serviços executados.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. DA MEDIÇÃO

5.2. Após o término de cada etapa de execução contratual, nos termos do Cronograma PLE, Projeto de Eventograma e Cronograma Físico-financeiro, ou da sua última revisão, a Contratada apresentará proposta de medição, que contemplará os quantitativos totais e os respectivos valores apurados, com base na Planilha Orçamentária.

5.3. As medições mensais apuradas pela Contratada deverão ser apresentadas impreterivelmente até o dia 30 (trinta) de cada mês para verificação do competente órgão de fiscalização da Prefeitura, sendo que as respectivas faturas deverão ser apresentadas imediatamente após a aprovação pela referida fiscalização.

5.4. Recepcionada a proposta de medição, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a Contratante:
- Procederá a avaliação e ocorrendo discordância, assinará reunião conjunta e presencial no local da execução contratual, visando definição de uma proposta de medição entre as partes.

5.5. Acordada entre as partes a proposta de medição a Contratante:
- Aprovará a medição;
- Solicitará o encaminhamento das certidões e da documentação relativa à regularidade fiscal, social e trabalhista relacionadas no termo de referência, além daquelas que entender pertinentes para a comprovação das obrigações trabalhistas.

5.6. Recepcionada a documentação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a Contratante:
- Realizará a conferência da documentação.

5.7. A apresentação parcial ou com incorreções interrompe a contagem do prazo, sendo reiniciada após a Contratada realizar o envio da documentação complementar e prestar os esclarecimentos necessários.

5.8. A Contratada deverá emitir Nota Fiscal e enviar à Contratante em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação.

5.9. DO PAGAMENTO

5.9.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, com base nas etapas executadas e medidas, respeitados os limites estabelecidos no Cronograma Físico-financeiro PLE no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data do aceita da nota fiscal e/ou fatura, pela Contratante.

5.9.2. No caso de devolução das medições por inexatidão, o prazo para pagamento será contado da reapresentação e aceitação destas pela Secretaria de Habitação.

5.9.3. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela Contratada, contra a Contratante e encaminhadas ao Gestor do Contrato, para a instrução do pagamento.

5.10. Recebidas as Notas Fiscais/Faturas correspondentes aos serviços prestados e estando a documentação em ordem, o Gestor do Contrato atestará as medições e as encaminhará para exame e pagamento, mediante emissão dos Atestados de Realização dos Serviços.

5.11. Os pagamentos serão realizados no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da aprovação do Gestor do Contrato.

5.12. A Contratante pagará a fatura somente à empresa Contratada, vedada sua negociação com terceiros ou colocação em cobrança bancária.

5.13. A retenção tributária será efetuada por ocasião do pagamento, conforme legislação aplicável.

5.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.15. Em caso de atraso no pagamento, a Contratada fará jus à compensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, caso requerido formalmente, que será feita "pro rata die" para tal utilizando-se o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IBGE, do mês imediatamente anterior.

5.16. O preço do presente contrato é de ..., consoante fl... do processo administrativo nº...

5.17. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário, devendo para tanto ser informado o Banco, Agência e o Número da Conta Corrente da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. A contratada responsabiliza-se por todos os serviços e despesas decorrentes da prestação dos serviços em conformidade com o Memorial Descritivo e Termo de Referência e cronograma físico, bem como todas as despesas de natureza previdenciária, tributária, administrativa e civil, decorrentes do objeto deste contrato.

6.2. A Contratada deverá manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de convocação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O Contrato ficará sob o regime de acompanhamento e fiscalização pelo gestor ....., ocupante de cargo de ..... e nos seus afastamentos e impedimentos legais o seu substituto, ..., cargo ....., todos da Secretaria de ....., devendo ser observadas as disposições constantes dos artigos 183 e seguintes do Decreto Municipal nº 13.877/2023 e do Termo de Referência anexo ao Edital de Concorrência Eletrônica nº.....

7.2. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo gestor do contrato, que acompanhará a execução dos serviços, com atributos de fiscalização sobre eles, o que não exime a Contratada de suas obrigações inerentes à suas responsabilidades;

7.3. Não obstante a Contratada seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos no Contrato, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja essa responsabilidade, podendo:

7.3.1. Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;

7.3.2. Determinar a correção dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR DO CONTRATO, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, REAJUSTE, REVISÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. O valor total deste contrato é de R$ .....

8.2. As despesas decorrentes da presenta contratação ocorrerão à conta de recursos do ..... e onerará os recursos orçamentários e financeiros reservados na Funcional Programática .....

8.3. Os preços contratados serão reajustados anualmente, contado o período a partir da data base que consta no orçamento estimado, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

8.4. Para fins de reajuste, será utilizado o incide Nacional de Custo da Construção – INCC, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, por ser compatível com a natureza do objeto contratual (obra Pública), ou outro que vier a substituí-lo.

8.5. O valor reajustado dos preços será apurado mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$R = (In/Io – 1)$; $Pr = Po \times (In/Io)$

Sendo:
R = valor do reajuste;
Pr = preço reajustado;
Po – preço unitário contratual vigente;
Io = valor do INCC (FGV) referente ao mês da apresentação da proposta;
In = valor do INCC (FGV) referente ao mês em que completar 12 (doze) meses da data da proposta.

8.6. O primeiro reajuste poderá ser aplicado a partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da data da proposta, mediante requerimento formal da Contratada, instruído com os índices oficiais.

8.7. Os reajustes subsequentes observarão o mesmo critério, a cada período de 12 (doze) meses.

8.8. O reajuste será aplicado exclusivamente sobre o saldo contratual remanescente, a partir do início do novo período reajustável. O índice será obtido pela razão entre o número-índice do mês do reajuste (in) e o número-índice do mês da Proposta (Io), conforme fórmula.

8.9. Demais detalhamentos encontram-se descritas no Termo de Referência anexo ao Edital de Concorrência Pública nº....., que faz parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. As obrigações e responsabilidades da Contratante são aquelas descritas no Termo de Referência anexo ao Edital de Concorrência Pública nº.....

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

10.1. A Contratada apresentará, no ato da assinatura do contrato, garantia numa das modalidades previstas no parágrafo 1º, do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021, no valor de R$....., correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, que será devolvida após o requerimento de sua devolução pela Contratada e desde que o contrato esteja encerrado e todas as obrigações dele decorrentes tenham sido cumpridas.

10.2. Caso a garantia apresentada seja na modalidade Seguro Garantia, deverá ser específica para este instrumento contratual, indicando a Prefeitura do Município de Osasco como beneficiária exclusiva.

10.3. Ocorrendo rescisão unilateral ou injustificada do Contrato, a Contratante poderá executar a garantia pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Constituem motivos para rescisão da contratação os relacionados no artigo 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A rescisão de que trata o item anterior acarretará ainda como consequência a **CONTRATADA,** execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações devidas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações.

11.3. A Inexecução total ou parcial das condições pactuadas sujeitará a CONTRATADA às penalidades constantes da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 13.877/2023, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O presente contrato reger-se-á pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, vinculando-se ao Edital de Concorrência Eletrônica nº ... e anexos.

12.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, prorrogando-se este para o primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente.

12.3. A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.4. A execução do presente contrato observará a Matriz de Risco, integrante deste instrumento, preparada nos termos do art. 6º, inciso XXVII, art. 22, art. 103 e art. 92, inciso IX, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece a alocação objetiva das responsabilidades entre Contratante e Contratada quanto aos eventos supervenientes que possam impactar custos, prazos ou condições de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO

13.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Osasco para dirimir eventuais questões decorrentes do presente contrato.

E, por estarem assim....